

UMA ABORDAGEM SOBRE OS TRABALHADORES DA ECONOMIA INFORMAL NA ESTAÇÃO DE INTEGRAÇÃO BISPO DOM JOSÉ E PRAÇA IPIRANGA EM CUIABÁ-MT

Sônia Regina Romancini¹

Elidia de Abreu²

Tânia Regina Kinasz³

RESUMO

Este estudo foi realizado com o objetivo de compreender o processo de ocupação do centro principal da cidade de Cuiabá –MT, especialmente na Estação de Integração Bispo Dom José e na Praça Ipiranga, pelos trabalhadores da economia informal, sobretudo os ambulantes. Destaca a participação destes trabalhadores na economia nacional com ênfase na área estudada, segundo sua posição na ocupação, local de trabalho, jornada de trabalho e rendimento semanal. Apresenta ainda uma discussão sobre os fatores econômicos e sociais determinantes da atividade informal na área de estudo.

Palavras-chave: Cuiabá-MT, economia informal, ambulantes.

ABSTRACT

This study was aimed at understanding the process of occupation of the central city in Cuiabá-MT, especially in the Station of Integration Bispo Dom José and in Ipiranga Square, by workers of the informal economy, above all the walking workers. It highlights these workers' participation in the national economy with emphasis in the studied area, according to their position in the local occupation of work, work journey and weekly regiment. A discussion about the economic factors and social determinant of the informal activity in the study area are also presented.

Key words: Cuiabá MT, informal economy, walking workers.

Introdução

O presente artigo teve como objetivo central discutir as condições dos trabalhadores do denominado sistema de fluxo inferior da economia, ou seja, da economia informal, com ênfase nos vendedores ambulantes que atuam no centro principal da cidade de Cuiabá. Para isso foram selecionados dois espaços: a Estação de Integração Bispo Dom José e a Praça Ipiranga.

Os procedimentos adotados para o desenvolvimento do trabalho foram a pesquisa bibliográfica e documental, a realização de entrevistas com vendedores ambulantes e o registro fotográfico.

Foram privilegiados os aspectos qualitativos, que se referem aos motivos, às aspirações, crenças, aos valores e às atitudes dos grupos pesquisados. Considerando o imenso contingente de trabalhadores ambulantes que atuam na área de estudo, foram entrevistadas dez pessoas, no mês de junho de 2003, das quais duas do sexo feminino e oito do sexo masculino, com idades entre 22 e 68 anos.

Acreditamos que o presente trabalho poderá contribuir para o entendimento das questões relacionadas à inserção das pessoas de menor poder aquisitivo na economia urbana.

¹ Professora Doutora do Departamento de Geografia, ICHS/UFMT. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Coordenadora do grupo de pesquisa: Produção do Espaço Urbano Regional.

E-mail: romanci@terra.com.br

² Mestranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia do Departamento de Geografia, ICHS/UFMT. Professora de Geografia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – CEFET- MT. E-mail: elidiaabreu@terra.com.br

³ Mestranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia do Departamento de Geografia, ICHS/UFMT. Nutricionista, Professora do Departamento de Nutrição e Dietética da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: bcarlos@vsp.com.br

Notas sobre a economia informal

Cuiabá é considerada uma grande cidade e conta com uma população urbana de 476.532 habitantes, com uma taxa de crescimento anual de 2,72 (IBGE, 2000). Como outras cidades brasileiras, enfrenta o problema do desemprego, que atualmente tem empurrado os trabalhadores para uma economia informal. Este tema foi abordado por Vilarinho Neto (2002, p. 310), que faz a seguinte afirmação:

A Cidade de Cuiabá como centro polarizador não tinha capacidade de absorver tanta mão-de-obra trazida pelo fluxo migratório, portanto iniciou na cidade o processo de aumento acelerado do desemprego. Hoje, a cidade vive um problema sério, além de o desemprego apresentar um percentual significativo de pessoas inseridas no mercado de trabalho da economia informal, existe também um número significativo de pessoas sem nenhum tipo de trabalho, vivendo em absoluta miséria.

Segundo Lopes (2001), o tamanho de espaço da economia informal varia conforme o nível de desenvolvimento econômico, podendo ser estimado a partir da proporção da população economicamente ativa nele empregado, que varia entre 10% e 20% nas economias mais desenvolvidas, cerca de 40% nas economias emergentes e um percentual maior nas economias mais pobres.

Lopes (op. cit., p. 44) ressalta a importância de se estabelecer as interações da economia informal com a economia urbana como um todo:

A sua pequena capacidade de geração de impostos limita a possibilidade do Estado de prover bens públicos, necessários à satisfação da demanda urbana, ao crescimento da sua capacidade distributiva no particular e da sua produtividade no global. Nasceem guetos urbanos fruto da pobreza e da escassez do Estado regulador, desfigurando o espaço urbano. Esses situam-se em novas áreas de urbanização ou em áreas decadentes das cidades.

O conceito de informalidade é polêmico e a própria natureza do trabalho informal é complexa. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD/97), dividiu a indústria informal em setores, como indústria de transformação (pequenas confecções), indústria de construção (pedreiros, pintores), comércio de mercadorias (camelôs, ambulantes, proprietários de trailers e birosocas), serviços de alojamento e alimentação, serviço de reparação, pessoais e domiciliares entre outros.

Freqüentemente as atividades do setor informal são chamadas de subterrânea, oculta, paralela, invisível, não oficial, cripto-econômica, ou seja, ocorrem à margem das legislações trabalhistas e tributárias. Nesses casos, os empregados não são protegidos pelas leis que definem remuneração mínima, limites de jornada, condições sanitárias dos locais de trabalho, direitos sociais e previdências.

O setor informal não está isolado do setor capitalista, formal, da economia. Pequenas empresas familiares muitas vezes organizam-se em torno de contratos de fornecimento de bens ou serviços para empresas capitalistas, que podem ser até mesmo corporações internacionais. A economia globalizada forma o ambiente volátil e desafiador no interior do qual funciona o trabalho informal.

A vulnerabilidade das empresas familiares e a insegurança de sua força no trabalho revelam que o setor informal constitui o elo mais frágil da economia globalizada. A informalidade urbana é dominada pelas atividades do setor terciário. Os pequenos serviços pessoais, domésticos e de transporte, ao lado do comércio ambulante ou em estabelecimentos familiares, abrangem cerca de três quartos da força de trabalho engajada nas empresas informais, que participam da “economia subterrânea”, pois escapam à cobrança de tributos e às regulamentações legais do Estado.

A mão-de-obra utilizada abrange os aposentados, que procuram assegurar a sobrevivência completando a renda miserável da pensão previdenciária, os menores de idade, além de funcionar como estratégia de sobrevivência da força do trabalho de menor qualificação: mais da metade da mão-de-obra do setor não tem instrução ou não chegou a completar o ensino fundamental. Para estes, conforme observa Carlos (1996, p. 89):

...a rua tem o sentido de fim em si mesma quando seu uso se volta para, por exemplo, a realização da mercadoria. Há os camelôs que se instalam no espaço público da rua, apropriando-se dela privadamente. Há também o comércio de semáforo nas esquinas mais movimentadas, onde se vende um pouco de tudo, dependendo da estação e do calendário das festas e atividades, como expressão mais acabada da chamada economia informal, movimentando diariamente somas expressivas das mais diversas mercadorias.

Souza (1994, p. 85) explica que “na rua encontra-se não só a vida mas os fragmentos de vida, é o lugar onde o homem comum aparece ora como vítima, ora como figura subversiva e intransigente”.

Uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que a economia informal movimentou, em outubro de 1997, R\$ 12.89 bilhões, quantia equivalente a 8% do Produto Interno Bruto. Foram coletados dados em áreas urbanas das 27 Unidades Administrativas do País, em quase 40 mil domicílios. O resultado, segundo os técnicos, demonstra a tendência de crescimento do PIB sem o acompanhamento da elevação do emprego formal. O setor responde pela ocupação de 12,87 milhões de pessoas, um quarto da população brasileira economicamente ativa.

Na cidade de Cuiabá pode-se dizer que o trabalho informal remonta à fundação da cidade. No século XIX foi assim descrito por Steinen (1942, p. 67):

...na ampla rua que dava para o porto e na qual morávamos. Quem passava por essas ruas? Mulheres com vestidos de cores berrantes, oferecendo peixes, frutas ou rapaduras, balas (...) Uma mocinha vendia cigarros pretos, embrulhados em palha de milho, uma outra oferecia bebidas refrescantes...

No final da década de 1970, as primeiras barracas de vendedores ambulantes foram sendo instaladas timidamente no centro principal da cidade, configurando-se em territórios apropriados. Durante anos trabalharam tranquilamente até que começaram a incomodar os comerciantes, pois eram apontados como concorrentes do comércio formal, que exerciam uma concorrência desleal, pois os mesmos não possuíam alvará, sendo, portanto considerados ilegais. Estes, por sua vez, passaram a pressionar o Executivo Municipal a retirar as barracas do centro da cidade.

No tocante à presença dos camelôs no centro principal da cidade, Arruda (1986, p. 28) assim descreve:

Tendo em vista que as calçadas em Cuiabá são estreitas, assim como as ruas, conseqüentemente atrapalham a passagem dos pedestres. Com isso os fiscais da Prefeitura hoje os retiram daqui e amanhã estes se fixam em outro lugar também proibido; até comprarem um outro ponto de um vendedor ambulante, ou os fiscais arrumarem um local para eles ficarem.

Em 1989, o então prefeito Frederico Carlos Soares de Campos dá início à retirada dos ambulantes da região central de Cuiabá, afastando-os do centro comercial.

Misael Galvão de Oliveira, atual presidente do Shopping Popular, lembra um episódio vivido por ele mesmo, que bem ilustra a situação que os camelôs viveram naquela época: *eu e mais onze companheiros que estávamos na Praça Caetano de Albuquerque fomos transferidos para a Praça da República, bem em frente aos Correios.*

Assim, foram sucessivamente sendo transferidos de um lugar para outro da cidade, transferências estas quase sempre acompanhadas de muita violência e maus tratos por parte dos fiscais da prefeitura e da polícia. O próprio Misael Oliveira Galvão, em entrevista editada no Boletim Informativo da Associação dos Camelôs do Shopping Popular (2002), relata:

Alguns momentos podem ser lembrados como marcas na vida do camelô em Cuiabá, a exemplo do que aconteceu no dia 21 de abril de 1995, quando fomos banidos do centro da cidade como marginais. Resistimos sim, à idéia de sermos transferidos para um local distante do centro, temendo não vender o suficiente para o sustento da família.

A tentativa de convencer o poder público em mantê-los no centro principal da cidade foi em vão. Após muita polêmica foram transferidos para a Avenida Tenente Coronel Duarte, no bairro Dom Aquino. A alternativa encontrada foi a criação de um Shopping Popular (Decreto nº 3.895 de 10/08/01). Acerca da criação dos shopping centers nas cidades brasileiras, Pintaudi, apud Bienestein (2002, p. 80) destaca que os mesmos “aparecem num momento em que a economia brasileira se desenvolve com a formação de monopólios. Os shoppings centers representam esta tendência em nível das atividades comerciais varejistas”.

Ao analisar esse “modismo” que chega ao Brasil com a inauguração do Iguatemi, localizado na cidade de São Paulo, Bienesstein (op. cit.), afirma que não há como negar que tanto a vida quanto a configuração do urbano brasileiro contemporâneo, especialmente o de grande porte, têm sofrido consideráveis modificações. Dentre elas destaca-se aquelas resultantes da presença de expressões do setor terciário tais como o comércio informal de rua, os prédios destinados a serviços especializados e os shopping centers. Este último, como conseqüência dos investimentos numa “nova” dinâmica do mercado consumidor, acarretando o desenvolvimento não só de novos produtos e tecnologias, como também de novas formas espaciais no espaço/cenário de nossas cidades.

Hoje, os camelôs reconhecem que a vinda para o Shopping Popular trouxe melhores condições de trabalho e segurança. Mais de quatrocentas famílias sobrevivem deste comércio. Para o vice-presidente da Associação dos Camelôs do Shopping Popular, Cassimiro Cesário da Cruz, “trabalhar de forma organizada é muito melhor para o sucesso das vendas”.

Agnaldo Duarte de Carvalho, atual presidente da Associação, diz que hoje os trabalhadores são organizados em associação formalmente constituída, onde os trabalhadores assumem todas as despesas advindas do espaço ocupado, tais como água, energia elétrica, telefone, segurança particular, entre outras, com recursos arrecadados através da taxa de condomínio cobrada pela associação no valor atual de R\$ 60,00 (sessenta reais), e que também contribuem para com a Prefeitura Municipal através do pagamento de Alvará de Funcionamento, onde são classificados como “comércio de pequena escala”.

Observamos no Shopping Popular a existência de monopólios onde várias barracas pertencem a membros de uma só família, configurando-se num “domínio de território, produção e capital”, uma vez que também empregam mão-de-obra remunerada não familiar. Em caso de não haver interesse em continuar na atividade ou na sua impossibilidade, causada muitas vezes por falta de condições de pagar a taxa de condomínio, o trabalhador vende “seu ponto comercial”, podendo ser a membros da família, reforçando ainda mais este território de domínio, ou vende a outros. Segundo Agnaldo, *quando existe dívida alta para com o condomínio, o trabalhador pode optar por ‘deixar o ponto’ para a Associação que o repassa para outro trabalhador, tendo como critério de ‘candidatáveis ao ponto’ a necessidade econômica e social do trabalhador.*

Diante do observado, à medida que estes trabalhadores possuem um espaço geográfico definido, cujas características de domínio são da própria dinâmica capitalista, de alguma maneira estes trabalhadores perdem a característica de camelôs/ambulantes, como propriamente se definem. Por outro lado, reconhecidos pelo poder público municipal como comércio de pequena escala, mas desprovidos do aparato legal da economia formal, poderíamos dizer que fazem parte de um novo segmento da economia informal, o de “trabalhadores de shopping popular”.

Os trabalhadores informais no Brasil e na região central de Cuiabá

O trabalho informal na América Latina foi estudado por Jakobsen (2000, p. 13) que faz a seguinte afirmação:

A origem do trabalho informal na América Latina e no Caribe estaria relacionada à forte migração de trabalhadores do campo para a cidade após a Segunda Guerra Mundial, devido às transformações nos atrasados meios de produção agrícola, que dispensaram mão-de-obra neste setor, somadas à busca de melhores condições de trabalho na nascente indústria urbana. No entanto, esta não foi capaz, em nenhum momento, de oferecer empregos suficientes e bem remunerados a todos. Isto levou uma parcela expressiva destes migrantes a constituir um excedente de mão-de-obra, que foi obrigado a “inventar”

seu próprio trabalho – principalmente no comércio e no setor de serviços – como meio de sobrevivência.

Não obstante a essa realidade, o Brasil se vê num processo migratório do campo para a cidade, e como relata Jakobsen (op. cit.), entre 1950 e 1980 envolveu mais de 35 milhões de pessoas, além de ser considerado um dos maiores movimentos populacionais do mundo, contribuiu sobremaneira para a formação de nosso excedente de mão-de-obra urbana.

Apresentamos aqui os dados reagrupados e analisados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT, 2003) a partir do PNAD/IBGE, que entende que o parâmetro básico para definição do trabalho informal não deve ser a ilegalidade/precariedade, mas sim a natureza do estabelecimento em que está inserido.

Tabela 1- Distribuição dos trabalhadores agrícolas e não-agrícolas segundo a posição na ocupação – 1992 e 1997 – Brasil

	1992		1997	
	Nº	%	Nº	%
Empregado (total)	32.630.436	52,61	34.343.755	51,91
Empregado com carteira	23.332.075	37,61	24.377.445	36,84
Empregado sem carteira	9.298.361	14,99	9.966.310	15,10
Trabalhador doméstico	4.356.000	7,02	5.242.846	7,92
Trabalhador informal	15.957.955	25,73	17.801.135	26,91
Empregador	2.235.139	3,60	2.538.841	3,84
Não remunerado	6.848.893	11,04	6.230.992	9,42
Sem declaração	434	0,00	4.983	0,01
Total	62.028.857	100,00	66.162.552	100,00

Fonte: Elaboração DESEP/CUT a partir do PNAD/IBGE

Tabela 2 - Distribuição dos trabalhadores não agrícolas segundo a posição na ocupação – 1992 e 1997 – Brasil

	1992		1997	
	Nº	%	Nº	%
Empregado	27.685.050	58,54	30.000.118	56,76
Trabalhador doméstico	4.356.000	9,21	5.242.846	9,92
Trabalhador informal	11.761.365	24,87	13.681.574	25,89
Empregador	1.662.744	3,52	2.069.973	3,92
Não remunerado	1.829.793	3,87	1.852.678	3,51
Sem declaração	-	-	4.983	0,01
Total	47.294.952	100,00	52.852.172	100,00

Fonte: Elaboração DESEP/CUT a partir do PNAD/IBGE

A tabela 1, referente ao total de trabalhadores no País, traz o resultado deste reagrupamento. De acordo com análise da CUT, antes de mais nada, vemos que a participação dos empregados diminuiu na década de 1990 (passando de 52,61% em 1992 para 51,91% em 1997). Isso ocorreu devido à queda da participação do emprego dos assalariados com carteira assinada, que passou de 37,61% para 36,84%, já que a participação dos empregados sem carteira assinada subiu de 14,73% para 15,06%. Deve-se observar que, em termos absolutos, os empregados não diminuíram em número – passaram de 32.630.436 em 1992 para 34.343.755 em 1997. Na verdade, os trabalhadores informais é que aumentaram de forma mais acelerada, subindo de 15.957.955 para 17.801.135 pessoas.

A tabela 2, referente apenas aos trabalhadores não-agrícolas, não mostra um quadro muito distinto. A CUT analisa que a participação dos empregados também caiu na década de 90, reduzindo-se de 58,54% em 1992 para 56,76% em 1997, ainda que isso não signifique que eles caíram em termos absolutos, pois se elevaram de 27.685.050 para 30.000.118 e, por outro lado, o peso dos trabalhadores

informais subiu de 24,87% em 1992 para 25,89% em 1997, assim como o seu número absoluto, que passou de 11.761.365 para 13.681.574 trabalhadores.

Na comparação entre as tabelas 1 e 2, a CUT analisa que a presença dos trabalhadores informais é maior no mercado de trabalho não-agrícola, seja no início ou no final da década de 1990. Em parte isso ocorre porque não incluímos os trabalhadores sem remuneração entre os informais. Os não-remunerados (basicamente, ajudantes familiares de pequenas unidades produtivas agrícolas) são muito numerosos no campo e, menos freqüentes na cidade, sendo que alguns deles poderiam até ser considerados informais dependendo do tipo de estabelecimento em que trabalham.

Quanto à cidade de Cuiabá, não existem dados oficiais que permitam uma análise. No entanto, tudo leva a crer que a realidade não diverge da situação em que se encontra o País.

Tabela 3 – Distribuição dos trabalhadores agrícolas e não-agrícolas segundo o local de trabalho – 1997 – Brasil

	Empregado	Conta própria
Loja, oficina, fábrica, escola, escritório, repartição pública etc.	82,90	25,35
Fazenda, sítio, chácara, granja etc.	12,02	26,17
No domicílio em que moravam	0,31	15,55
Em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês	0,37	3,16
Em local designado pelo cliente, empregador ou freguês	3,07	16,28
Em veículo automotor	0,72	4,26
Em via ou área pública	0,53	7,85
Outro	0,09	1,39
Sem declaração	-	-
Total (%)	100,00	100,00
Total (n°)	36.148.320	15.740.607

Fonte: Elaboração DESEP/CUT a partir do PNAD/IBGE

A tabela 3 fornece dados e análises da CUT sobre o local físico em que os trabalhadores desempenham suas atividades. Os trabalhadores por conta-própria atuam, principalmente, em fazendas, sítios, chácaras e assemelhados (26,17%), em lojas, oficinas, fábricas, escritórios etc. (25,35%), em local designado pelo cliente, empregador ou freguês (16,28%) e no próprio domicílio em que moram (15,55%). Destaca-se que não é desprezível o número de trabalhadores por conta própria que exercem suas atividades em via pública e em veículos automotores (ambos os locais somam 12,11%).

Por sua vez, em sua maioria, os empregados se concentram em lojas, oficinas, fábricas, escritórios, repartições públicas etc. (82,90%), sendo que alguns outros trabalham em fazendas, sítios, chácaras e assemelhados (12,02%).

Estas diferenças entre o local de trabalho dos conta-própria e dos empregados complementam o que foi exposto acima. Além de estarem inseridos nas atividades econômicas mais precárias do País – com baixos níveis de remuneração, qualificação, estabilidade e contribuição à previdência – os conta-própria trabalham em locais muitas vezes sem qualquer infra-estrutura adequada (como os próprios domicílios e as vias públicas). Já os empregados, além de estarem ocupados nas atividades mais “nobres” da economia brasileira, exercem suas profissões em locais dotados de infra-estrutura mais adequada, com instalações prediais próprias para a produção e para o comércio.

No caso do centro principal de Cuiabá, verificamos a ocupação de áreas públicas com a utilização de bancas e carrinhos-de-mão na maioria, e em veículo automotor em minoria. Segundo os trabalhadores, o motivo para a ocupação de praças nessa parte da cidade deve-se ao grande fluxo de pessoas e pela segurança de trabalhar uns próximos aos outros no sentido de se fortalecerem no caso da presença da fiscalização, uma vez que a tentativa de expulsão do território ocupado é sempre acompanhada, segundo os trabalhadores, de violência e apreensão de seus produtos.

O senhor A. A., cearense de 62 anos, no seu relato enfatiza:

Sempre damos um jeito de colocar um colega mais ativo na rua onde geralmente o fiscal passa, para ficar de olho... Quando ele vem [o fiscal], num segundo um passa o sinal para o outro e rapidamente estamos com toda a mercadoria guardada; caso contrário, tudo que era nosso vai parar na dispensa dos fiscais.

A ocupação do espaço na região central da cidade pelos ambulantes pode ser explicado por Lopes (s/d, p. 12), “a cidade informal revela-se na proliferação e diversificação da economia informal, nos meios de apropriação/organização do espaço urbano e da utilização de espaços públicos (...) nas práticas e nas lógicas de sobrevivências das famílias...”.

Observamos que a cidade informal é representada na cidade de Cuiabá pela nova territorialidade imposta aos camelôs, quando do movimento que os expulsou de várias localidades para um território construído pelo poder público, o Shopping Popular. Outra parte desses trabalhadores se organizou e criou sua própria territorialidade locando imóveis estratégicos no centro principal da cidade (a exemplo da Rua Joaquim Murinho e da Rua Barão de Melgaço), sendo que os chamados trabalhadores ambulantes se utilizam de espaços públicos (mesmo que temporariamente) como é o caso da Estação de Integração Bispo Dom José e da Praça da República.

Tabela 4 - Distribuição dos trabalhadores agrícolas e não agrícolas segundo a jornada de trabalho semanal – 1997 – Brasil

	Até 14 h	15 a 39 h	40 a 44 h	45 a 48 h	49 ou + h	Sem declaração	Total (%)	Total (n°)
Empregado	1,28	15,91	44,44	21,12	17,23	0,02	100,00	36.148.320
Conta- própria	5,71	24,18	23,50	14,89	31,64	0,08	100,00	15.740.607

Fonte: Elaboração DESEP/CUT a partir do PNAD/IBGE

A tabela 4 traz informações e análises realizadas pela CUT sobre a jornada de trabalho semanal que, juntamente com o local físico acima analisado, é um bom indicador das condições trabalhistas dos autônomos e empregados.

A jornada semanal dos conta-própria é indiscutivelmente muito extensa. Se consideramos apenas os que trabalham mais que as 44 horas estabelecidas na Constituição Federal, vemos que eles somam nada menos que 46,53% do total. Além disso, 31,64% dos trabalhadores autônomos possuem uma jornada superior a 49 horas semanais.

Os empregados também apresentam uma jornada extensa, mas não tanto quanto a dos conta-própria. Os empregados que trabalham mais de 44 horas por semana correspondem a 38,35%. Mas é de se notar que apenas 17,23% trabalham 49 horas ou mais.

No caso de Cuiabá, verificamos que a jornada de trabalho é em média de 10 horas/dia portando um total de 60 horas semanais (segunda a sábado), estando, assim, dentro dos índices de horas trabalhadas pelos contra-própria no Brasil que é de 31,64%.

Jornada esta que até para os trabalhadores mais jovens é extremamente cansativa, como relata L. M. S., 24 anos, baiano: “se pudesse voltaria a trabalhar com carteira assinada, aqui fico dez horas em pé, canso muito, não sirvo para mais nada no fim do dia”.

Tabela 5 – Distribuição dos trabalhadores agrícolas e não – agrícolas segundo a faixa de rendimento em salários-mínimos – setembro de 1997 – Brasil

	Empregado		Conta-própria	
	Nº	%	Nº	%
Até ½	1.384.466	3,9	2.335.440	15,2
+ de ½ a 1	5.604.134	15,7	2.630.019	17,2
+ de 1 a 2	8.433.691	23,6	2.987.638	19,5
+ de 2 a 3	6.770.868	18,9	2.217.187	14,5
+ de 3 a 5	6.683.423	18,7	2.516.874	16,4
+ de 5 a 10	4.489.223	12,5	1.581.816	10,3
+ de 10 a 20	1.652.184	4,6	706.104	4,6
+ de 20	790.768	2,2	358.213	2,3
Total	35.808.757	100,00	15.333.291	100,00

FONTE: Elaboração DESEP/CUT a partir do PNAD/IBGE

A tabela 5 fornece dados sobre os rendimentos dos trabalhadores. De modo geral, os conta-própria apresentam rendimentos mais baixos que os empregados. Analisando somente a parte inferior da distribuição apresentada pela tabela 5, vemos que 32,4% dos conta-própria recebem menos de um salário-mínimo, enquanto este percentual não chega a 20% no caso dos empregados. Entretanto, o percentual daqueles que recebem mais de dez salários mínimos é de em torno de 7% nas duas categorias, indicando que existe um segmento relativamente dinâmico também no seio dos conta-própria.

Os trabalhadores estudados em Cuiabá, informam um rendimento mensal equivalente a 1,60 a 2,00 salários-mínimos, estando na média encontrada no Brasil para trabalhadores conta-própria, que conseguem rendimentos que variam de 1 a 2 salários-mínimos. Na análise da CUT, os rendimentos são comparáveis ao salário mínimo, expressão esta não condizente, uma vez que são trabalhadores excluídos do mercado formal, e, portanto não recebem salário. Esta realidade retrata a situação de dificuldades vivida pelos trabalhadores e que pode ser traduzida nos dizeres de B. R. N., 68 anos, mato-grossense: *sou viúvo e moro com uma filha que ainda estuda, o que consigo no mês, mal dá para viver, só compro o mínimo, tem colegas que sustentam mais pessoas, aí é mais difícil.*

Perfil dos trabalhadores ambulantes na cidade de CUIABÁ

Verificamos que a procedência dos trabalhadores entrevistados é de 40% de outros Estados da Região Centro-Oeste, 30% da Região Nordeste, 20% do Sudeste e 10% da Região Sul, que motivados pelo desemprego e na tentativa de melhorar a qualidade de vida vieram para a Grande Cuiabá, buscando os bairros periféricos para residirem.

Observamos que as condições econômicas dos ambulantes os obrigam a residirem nas periferias das cidades de Cuiabá e Várzea Grande, com todos os problemas de falta de estrutura que existem. Neste sentido Paviani (1999, p. 206) afirma que "...o aumento de trabalho informal (...) denuncia a periferização sócio espacial de importantes contingentes urbanos, sendo expansão das grandes cidades claramente excludente, ampliando-se a injustiça social".

Quanto à atividade desenvolvida anteriormente pelos entrevistados, 50% informaram que sempre trabalharam na atividade informal sem carteira assinada, 30% trabalham na atividade formal com carteira assinada e 20% são donos do próprio negócio na economia informal. D. R., 41 anos, afirma que:

Sempre fui ambulante. Tive que trabalhar desde muito cedo para ajudar minha mãe criar os irmãos menores. Meu pai quando foi embora, fiquei com seis anos, meu irmão com quase cinco. Logo minha mãe arranhou outro, ficou grávida e novamente sem marido. Assim caí desde cedo na luta e acabei não estudando. Hoje, mesmo se quisesse mudar de emprego, quem me contrataria com essa idade e sem estudo?

Um dos fatores econômicos determinantes da atividade informal, especificamente o trabalhador caracterizado aqui como ambulante, decorre do desemprego que conforme Santos e Silveira (2001, p. 220):

...tem seu aumento como sendo resultante das novas formas técnicas e organizacionais, como a informatização e a automação das tarefas tanto nas atividades agropecuárias quanto na indústria, nos serviços; os novos modos de circulação, os atuais tipos de contratação e as políticas trabalhistas, conduziam, entre outros aspectos, a uma precarização das relações de emprego e a um aumento do desemprego ao longo dos últimos 15 anos.

Paviani (op. cit.) também se refere às técnicas citadas por Santos dizendo que uma das formas de exclusão centra-se nos aparatos produtivos e nos serviços (privados e públicos) quando, adotando tecnologias de ponta para acumular lucro, a qualquer preço, desempregam.

Outro fator é a carga tributária para o setor privado que reduz a capacidade de gerar renda, aumentar a produção e criar novas frentes de trabalho. A este respeito, Paviani (op. cit., p. 206) destaca que “a redução de postos de trabalho (ou a não criação de novos) também levam ao desemprego”.

A escolaridade dos entrevistados é de 40% de semi-analfabetos, ou seja, sabem apenas escrever o nome e efetuar operações matemáticas simples (soma e diminuição); 40% possuem o ensino fundamental incompleto e 20% possuem o ensino médio incompleto.

Quando à idade dos entrevistados, 40% encontram-se na faixa etária de 20 a 30 anos. Destes 30% têm o ensino fundamental incompleto, e 20% o ensino médio completo, os demais 50% são semi-analfabetos.

Dos 30% que se encontravam na faixa etária de 31 a 50 anos, 100% tinham o ensino fundamental incompleto. Na faixa etária acima de 50 anos encontramos 30% dos trabalhadores, sendo 100% semi-analfabetos. A falta de escolaridade quer decorrente do não acesso ou da falta de estrutura econômica e social familiar, é também fator importante a ser considerado.

Segundo Pochmann (2000 p. 18), “o desemprego disfarçado”, denominação também atribuída ao trabalho informal, é uma consequência da implantação de políticas públicas (a partir de 1994) voltadas para o mercado de trabalho (promoção da qualificação de mão de obra, flexibilização dos contratos, democratização do crédito público) *que atuam sobre a oferta de mão-de-obra e não na geração de empregos. Para o autor, o aumento da precariedade é uma decorrência natural da combinação de escassez de postos de trabalho com ausência de uma rede de proteção social efetiva, que torna a competição mais acirrada, e as pessoas acabam aceitando trabalhar por qualquer forma de remuneração.*

Observamos que todos os pesquisados não possuíam cursos de qualificação e se declaravam sem condições de “competir” no mercado formal. Neste caso, além da escassez de postos de trabalhos e falta de qualificação, o trabalhador sente-se mais marginalizado à medida que se vê excluído da possibilidade de concorrer a postos no mercado formal, sendo que 57,15% delas relatam a “vontade” de trabalharem neste mercado, sendo que os 42,85% restantes declaravam que não “poderiam” pela idade e por falta de saúde.

Essa situação agrava-se mais ainda para o trabalhador em idade produtiva sem escolaridade, ou com escolaridade insuficiente e nos casos dos idosos que se vêem marginalizados do setor produtivo quer pela idade ou pelo aparecimento de doenças chamadas comuns na terceira idade.

Quanto à origem dos produtos comercializados pelos trabalhadores ambulantes, verificamos que 10% são de produção própria – alimentos para consumo rápido como salgados, por exemplo – e 90% são adquiridos de distribuidores e instituições comerciais instituídas legalmente, colaborando com o crescimento econômico através da receita de impostos indiretos incidentes nestes produtos, bem como com a economia capitalista à medida que contribuem para a acumulação de alguns dos setores produtivos. Além disso, parte da renda gerada pelo trabalhador ambulante é imediatamente gasta nos setores oficiais, tendo em vista a sobrevivência de sua família, fortalecendo ainda mais essa relação.

Como observa Corrêa (1993), o setor moderno, plenamente capitalista das cidades dos países subdesenvolvidos, setor este denominado por Milton Santos como “circuito superior da economia”, é resultado direto da modernização e diz respeito às atividades criadas para servir ao progresso tecnológico e à população que dele se beneficia. Este setor pode conviver normalmente com o “circuito inferior da economia”, que também é um resultado da modernização, mas um resultado indireto, visto que concerne àqueles indivíduos que só parcialmente se beneficiam, ou absolutamente não se beneficiam do recente progresso técnico e das vantagens a ele ligadas, onde numerosos vendedores ambulantes vendem uma gama cada vez mais variada de produtos industrializados.

Ao analisar essa questão, Silveira (2002, p. 15) explica que:

Vemos desenvolver-se um trabalho local mais ou menos espontâneo e, sobretudo genuinamente flexível, porque está orientado a descobrir as porosidades do modelo e as necessidades de um território contíguo. Sua complementaridade não é oculta, mas explícita. Vendedores ambulantes instalam-se em lugares especializados, por exemplo uma estação terminal, uma rua comercial. Considerados imóveis porque estão privados de fluidez e velocidade, estes agentes terminam por defender o uso de um território que é, ao mesmo tempo, o do trabalho e o da vida.

Considerações Finais

Os dados deste estudo nos levam a concluir que o centro principal de Cuiabá tornou-se uma opção de espaço para a atividade de trabalho informal em consequência do fato de haver maior fluxo de pessoas que circulam no local, podendo o trabalhador assegurar a sua subsistência e a de sua família, apesar de não conhecer o saber da formação escolar e o fazer técnico profissionalizante necessários para o chamado mercado formal de trabalho.

Os trabalhadores estudados, no que se refere à jornada de trabalho e rendimentos não diferem da realidade dos demais trabalhadores informais do País. Trabalham em condições precárias e inseguras sob o ponto de vista de proteção social, e expectativas futuras de segurança financeira, pois não têm direito à aposentadoria, dedicam-se a longas jornadas de trabalho e possuem rendimentos que lhes permitem condições precárias de sobrevivência.

Quanto ao nível de escolaridade, percebe-se que quanto menor o grau de escolaridade mais o trabalhador se vê “obrigado a optar” por atividades na economia informal.

O mercado da economia informal é uma estratégia de sobrevivência uma vez que os trabalhadores não encontram possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho, motivada pela desestruturação do mercado formal, e ao mesmo tempo um mecanismo de reprodução da pobreza, onde a injustiça e a exclusão social persistem pela inércia do poder público à medida que não encontram mecanismos capazes de diminuir as desigualdades sociais existentes no País.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Elenir M. S. *O comércio ambulante: uma realidade nas áreas centrais de Cuiabá*. Trabalho de conclusão de curso. Cuiabá: Departamento de Geografia, 1986.
- BIENENSTEIN, Glauco. Shopping Center: o fenômeno e sua essência capitalista. In: *Geographia, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*. Niterói/RJ, UFF/EGG, p. 71-75, 2002.
- BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS CAMELÓS DO SHOPPING POPULAR* - Edição Especial/abril/2002.
- CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/ do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT. O Trabalho informal no Brasil. <http://WWW.CUT.Org.Br/a501100htm>. Acesso em 24/06/2003.

- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios. Rio de Janeiro, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2000.
- JAKOBSEN, Kjeld. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (orgs.). *Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramu, 2000.
- LOPES, Carlos Manuel Mira G. F. *Luanda, Cidade Informal*. Lisboa: Liseg, s/d.
- LOPES, Rodrigo. *O mundo construído*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- PAVIANI, Aldo. Exclusão social pelo desemprego/lacunas de trabalho. In: SILVA, Sylvio B. M. & VASCONCELOS, Pedro A. (orgs.) *Novos estudos de geografia urbana brasileira*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.
- POCHMANN, Márcio. Trabalho informal – Desemprego. In: *Revista Rumos – Economia e desenvolvimento para os novos tempos*. Ano 24 n° 168, p.16-19, janeiro/2000.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2001.
- SILVEIRA, Maria Laura. Globalização, trabalho, cidades médias. In: *Revista do Departamento de Geografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1994.
- STEINEN, Karl Von Den. *O Brasil central: expedição em 1881 para a exploração do Rio Xingu*. Tradução de Catarina Bariratz Cannabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. *Metropolização regional, formação e consolidação da rede urbana do Estado de Mato Grosso*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002. 367p. (Tese, Doutorado em Ciências: Geografia Humana)